
Geração de Energia Pilão Ltda.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Geração de Energia Pilão Ltda.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração de Energia Pilão Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 11 às demonstrações financeiras, o contrato da concessão outorgada à Empresa prevê o pagamento de valores mensais pelo uso do bem público (UBP), os quais vêm sendo contabilizados apenas quando do provisionamento dos valores a serem pagos mensalmente, diretamente no resultado do período.

As práticas contábeis adotadas no Brasil orientam quanto à necessidade de caracterização do contrato de concessão como sendo de execução ou de não execução. Considerando as características do contrato de concessão da Empresa, trata-se de contrato de não execução em que o direito e a correspondente obrigação são originados quando da assinatura do contrato e obtenção da licença de instalação. Identificamos que a entidade não calcula o efeito da aplicação das normas brasileiras e, portanto, não registra a obrigação e o correspondente ativo intangível referente ao direito de uso do bem público. Devido a ausência desta análise e contabilização, não foi possível quantificar o efeito dos impactos desse assunto no balanço patrimonial e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, no resultado do exercício findo nesta data, bem como nos exercícios anteriores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Geração de Energia Pilão Ltda.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



Geração de Energia Pilão Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by:
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Signed By: PATRICIA SEOANE AZEVEDO BIONDI 00002710550
CNPJ: 09022105000
Signing Time: 26 de março de 2024 | 18:01 BRT
© ICP-Brasil. OU: 00001010960380
© ICP
Issuer: AC SERASA RFB v4
E1402240207044FF...

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Geração de Energia Pilão Ltda.**Balço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	974	1.358	Fornecedores (Nota 9)	182	199
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	7.207	6.881	Impostos e contribuições a recolher (Nota 10)	1.234	1.162
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	12	Outras obrigações (Nota 11)	1.854	1.806
Outros créditos	257	450			
	<u>8.444</u>	<u>8.701</u>		<u>3.270</u>	<u>3.167</u>
Não circulante			Não circulante		
Outros créditos	1.094	859	Partes relacionadas (Nota 13)	12.400	12.400
	<u>1.094</u>	<u>859</u>	Outras obrigações (Nota 11)	929	979
				<u>13.329</u>	<u>13.379</u>
			Total do passivo	<u>16.599</u>	<u>16.546</u>
Imobilizado (Nota 7)	73.430	76.161			
Intangível (Nota 8)	9.301	9.816	Patrimônio líquido (Nota 14)		
	<u>82.731</u>	<u>85.977</u>	Capital social	37.147	37.147
	<u>83.825</u>	<u>86.836</u>	Reserva de lucros	38.523	41.844
				<u>75.670</u>	<u>78.991</u>
Total do ativo	<u>92.269</u>	<u>95.537</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>92.269</u>	<u>95.537</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração de Energia Pilão Ltda.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 15)	59.698	55.816
Custo do serviço		
Compra de energia elétrica para revenda	(96)	(157)
Custo da venda de energia elétrica (Nota 16)	(30.365)	(29.120)
Lucro bruto	29.237	26.539
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(1.059)	(1.069)
Lucro operacional	28.178	25.470
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		6
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.178	25.476
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 12)	(1.899)	(1.776)
Lucro líquido do exercício	26.279	23.700
Quantidade de quotas do capital social no fim do período	37.147.775	37.147.775
Lucro por quotas atribuível aos quotistas da Empresa durante o exercício – em R\$		
Lucro básico por quota	0,71	0,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração de Energia Pilão Ltda.**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	<u>26.279</u>	<u>23.700</u>
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>26.279</u></u>	<u><u>23.700</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração de Energia Pilão Ltda.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	<u>37.147</u>	<u>44.844</u>		<u>81.991</u>
Lucro líquido do exercício			23.700	23.700
Distribuição de dividendos (Nota 14)		(26.700)		(26.700)
Destinação para reserva de lucros (Nota 14)		23.700	(23.700)	
Em 31 de dezembro de 2022	<u>37.147</u>	<u>41.844</u>		<u>78.991</u>
Lucro líquido do exercício			26.279	26.279
Distribuição de dividendos (Nota 14)		(29.600)		(29.600)
Destinação para reserva de lucros (Nota 14)		26.279	(26.279)	
Em 31 de dezembro de 2023	<u>37.147</u>	<u>38.523</u>		<u>75.670</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração de Energia Pilão Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>28.178</u>	<u>25.476</u>
Ajustes de		
Depreciação (Nota 7)	2.989	2.986
Amortização (Nota 8)	515	515
Baixa do ativo imobilizado (Nota 7)	16	92
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	(326)	(788)
Tributos e contribuições Compensáveis	6	(6)
Outros Créditos	(42)	375
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(17)	31
Impostos e contribuições a recolher	23	41
Outras obrigações	(2)	(471)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>31.340</u>	<u>28.251</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.850)	(1.704)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>29.490</u>	<u>26.547</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado (Nota 7)	(274)	(348)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(274)</u>	<u>(348)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(29.600)	(26.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(29.600)</u>	<u>(26.700)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(384)</u>	<u>(501)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>1.358</u>	<u>1.859</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>974</u>	<u>1.358</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Geração de Energia Pilão Ltda. (“GEP” ou “Empresa”), sociedade inicialmente constituída sob a denominação BARISIC Participações Ltda., com sede em Apiuna - Santa Catarina, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, constituída em 23 de março de 2010 e tem como objeto social: (i) a implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica, através ou não de concessão, autorização e/ou permissão, podendo executar outras atividades correlatas à geração de energia elétrica, tais como transmissão e comercialização de energia elétrica; (ii) a participação em quaisquer outras sociedades e/ou consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada.

Contrato de concessão

As operações da Empresa são representadas, substancialmente, pela sua participação no Consórcio Empresarial Salto Pilão (“CESAP” ou “Consórcio”) a seguir descrita:

O CESAP tem como objeto a implantação e exploração do aproveitamento hidráulico de Salto Pilão, no Estado de Santa Catarina, em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e das demais regras aplicáveis.

A potência total instalada do empreendimento é de 191,89 MW*, dividida entre duas turbinas geradoras.

O empreendimento opera comercialmente na condição de produtor independente de energia elétrica, com possibilidade de geração de energia para a comercialização ou para consumo próprio de suas consorciadas.

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 23 de abril de 2002, podendo ser prorrogado, a critério da ANEEL, desde que as consorciadas assim o requeiram, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo. Em novembro de 2021, as Consorciadas assinaram o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21. Como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.735 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 22 de janeiro de 2042.

As datas de início efetivo da operação comercial da 1ª e 2ª unidades foram, respectivamente, 11 de dezembro de 2009 e 19 de janeiro de 2010, ou seja, dois e seis meses antes dos prazos estipulados no Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os participantes do Consórcio em 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

<u>Consoiciadas</u>	<u>Participação no Consórcio - %</u>
Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”)	60%
DME Energética S.A. (“DMEE”)	20%
Geração Energia Pilão Ltda (“GEP”)	20%
Total	<u>100%</u>

2 Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras que são apresentadas pelo valor justo..

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 26 de março de 2024.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas algumas estimativas contábeis críticas e julgamentos por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O caixa e as contas bancárias estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos e passivos financeiros

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

(b) Custo amortizado

Os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo ou passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos ou passivos não circulantes).

2.4 Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A base para o cálculo da depreciação é o custo do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

O valor residual é o saldo líquido remanescente do ativo ao final da concessão, pois a Empresa entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Em 2023 e 2022, a Empresa não identificou elementos que pudessem indicar uma possível mudança na vida útil, método de depreciação ou valores residuais de seus ativos imobilizados.

2.6 Intangível

O intangível está registrado pelo seu mensurado pelo seu custo histórico, menos amortização acumulada e é representado pelo direito da extensão da concessão registrado ao final do exercício de 2021 (Nota 9).

O montante reconhecido no ativo intangível é equivalente a 1.735 dias de extensão do prazo de concessão, o qual será amortizado linearmente ao longo deste período, encerrando-se em 22 de janeiro de 2042.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.8 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Uso do bem público

O Contrato de Concessão (Nota 1) estabelece que seja pago, a título de uso do bem público (“UBP”) parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa (Nota 11). O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

2.10 Provisão para custos socioambientais

Registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou que tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida do ativo imobilizado em curso. Após entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do período.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

2.12 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento de receitas

As receitas são registradas conforme o período de competência.

As receitas operacionais correspondem ao valor justo das contraprestações recebidas ou a receber pela venda da geração de energia e é registrada com base na energia assegurada a partir das tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou a partir do preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.14 Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

. Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

A vida útil econômica dos ativos não financeiros da Empresa (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 674/2015 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

(b) Provisão para contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(c) Repactuação do risco hidrológico

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Empresa exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Empresa, observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, assim como com base nas regras de cálculo constantes na Resolução Normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na Resolução Homologatória 2.932/21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

A Empresa, através do CESAP, mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), regulando e contratando o uso do sistema de transmissão.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa, por ser um empreendimento hidroelétrico de grande porte com despacho de geração centralizado pelo ONS, é compulsoriamente participante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”).

O MRE é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) no que diz respeito ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica realizado pelo ONS.

Risco de crédito da Empresa é fortemente influenciado pela diferença entre sua geração líquida, após as consolidações do MRE (parcela A) e a energia dos contratos de venda de energia (parcela B). Quando a parcela A se apresenta maior que a parcela B, a Empresa está com excesso de energia. Este excesso é liquidado ou comercializado no mercado de curto prazo, valorando-se tal excedente energético pelo Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). Quando a parcela A está menor que a parcela B, a Empresa está com déficit energético. Para cobrir tal déficit, a Empresa necessita adquirir energia no mercado de curto prazo. Esta energia é valorada ao PLD.

Todo esse processo é realizado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Na situação em que a Empresa está com excesso energético (credora), existe a possibilidade de inadimplência de outros agentes geradores. Caso isso ocorra, esta inadimplência é rateada entre todos os agentes geradores credores, diminuindo o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Empresa mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa mantido pela Empresa possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, são contratos firmados com partes relacionadas sem previsão de pagamento, podendo pagamentos serem alocados conforme disponibilidade de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Mútuo (Nota 13)		12.400
Fornecedores (Nota 9)	182	
Em 31 de dezembro de 2022		
Mútuo (Nota 13)		12.400
Fornecedores (Nota 9)	199	

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de endividamento. Esse índice corresponde ao percentual que a dívida líquida representa sobre o patrimônio líquido da Empresa. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e saldos vinculados classificados no ativo circulante.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dívida bruta (a)	12.400	12.400
Caixa e saldos de bancos (b)	<u>(974)</u>	<u>(1.358)</u>
	11.426	11.042
Patrimônio Líquido	<u>75.670</u>	<u>78.991</u>
Índice de endividamento líquido - %	15,10	13,98

- (a) A dívida é definida como financiamentos de longo prazo, junto a partes relacionadas.
 (b) Disponibilidade em depósitos em bancos.

(a) Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, relacionadas às variações do CDI. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI, demonstradas a seguir:

Ativo	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CDI		
Aplicação financeira	102	191

- (i) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos relevantes e expostos a variações do CDI é conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u> <u>(i)</u>	<u>Cenário 2</u> <u>(ii)</u>	<u>Cenário 3</u> <u>(iii)</u>
Exposição a índices variáveis				
Ativo:				
CDI	Decréscimo do índice	(3)	(3)	(6)

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima.
- (ii) O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%.
- (iii) O cenário 3 considera uma valorização ou desvalorização dos índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 50%, considerado remoto.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da administração para os possíveis impactos das transações descritas acima para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	Nota	2023			2022		
		Valor contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos ao custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	869	869		1.165	1.165	
Contas a receber de clientes	6	7.207	7.207		6.881	6.881	
Ativos ao valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	5	104	104	Nível 2	193	193	Nível 2
		8.181	8.181		8.239	8.239	
Passivos Financeiros							
Passivos ao custo amortizado							
Fornecedores	9	181	181		199	199	
Partes Relacionadas	13	12.400	12.400		12.400	12.400	
		12.581	12.581		12.599	12.599	

4.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas correntes	869	1.165
Fundo de Investimento - ACTIVEFIX (a)	2	1
Fundo de Investimento – CORP Plus DI (a)	1	1
Aplicações financeiras - CDB (CESAP)	<u>102</u>	<u>191</u>
	<u>974</u>	<u>1.358</u>

- (a) Refere-se a aplicações financeiras compostas de títulos públicos federais e privados, de baixo risco de crédito, sendo remuneradas a taxas que, em 2023, variaram em média de 98% a 100% (98% a 100% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDIs. Essas aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Concessionárias e permissionárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A	943	873
Copel Distribuição S.A.	710	676
Light Serviços de Eletricidade S.A.	629	591
Cia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A.	556	529
Companhia Energética de Pernambuco S.A.	536	484
Centrais Elétricas do Pará S.A.	475	464
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	407	344
Companhia Energética do Ceará S.A.	329	311
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	338	319
Companhia Energética do Piauí – CEPISA	298	283
Cia. Est. de Distr. de Energia do Rio Grande do Sul	173	165
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	200	191
CELG Distribuição S.A.	156	142
CEMIG Distribuição S.A.	291	284
Ampla Energia e Serviços	190	177
Bandeirante Energia S.A.	321	303
Outros	<u>655</u>	<u>745</u>
	<u>7.207</u>	<u>6.881</u>

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prazo médio do contas a receber é de 30 dias. Não há títulos vencidos há longa data, nem a perspectiva de dificuldade na realização da carteira de clientes, por isso, não há provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa constituída.

A Empresa possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com vigência desde 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2040. Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Imobilizado

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Em 2022								
Saldo inicial	796	45.538	8.601	22.937	11	2	1.006	78.891
Adições							348	348
Baixas							(92)	(92)
Transferência			31	963	6	2	(1.002)	
Depreciação		(1.333)	(346)	(1.302)	(3)	(2)		(2.986)
Saldo contábil líquido	<u>796</u>	<u>44.205</u>	<u>8.286</u>	<u>22.598</u>	<u>14</u>	<u>2</u>	<u>260</u>	<u>76.161</u>
Custo	796	61.418	12.624	38.968	58	120	260	114.244
Depreciação acumulada		(17.213)	(4.338)	(16.370)	(44)	(118)		(38.083)
Saldo contábil líquido	<u>796</u>	<u>44.205</u>	<u>8.286</u>	<u>22.598</u>	<u>14</u>	<u>2</u>	<u>260</u>	<u>76.161</u>
Em 2023								
Saldo inicial	796	44.205	8.286	22.598	14	2	260	76.161
Adições							274	274
Baixas				(15)	(1)			(16)
Transferência				70	12	1	(83)	
Depreciação		(1.333)	(346)	(1.306)	(4)			(2.989)
Saldo contábil líquido	<u>796</u>	<u>42.872</u>	<u>7.940</u>	<u>21.347</u>	<u>21</u>	<u>3</u>	<u>451</u>	<u>73.430</u>
Custo	796	61.418	12.624	39.023	60	121	451	114.491
Depreciação acumulada		(18.547)	(4.684)	(17.676)	(39)	(118)		(41.061)
Saldo contábil líquido	<u>796</u>	<u>42.872</u>	<u>7.940</u>	<u>21.347</u>	<u>21</u>	<u>3</u>	<u>451</u>	<u>73.430</u>
Taxa anual média de depreciação		<u>2,20%</u>	<u>2,68%</u>	<u>5,76%</u>	<u>5,66%</u>	<u>9,32%</u>		

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico e as linhas de transmissão associadas, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

A Empresa está depreciando o seu imobilizado de acordo com as taxas de depreciação e vidas úteis de cada tipo de bem, com base na Resolução nº 674/2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos “impairment”

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou indicadores de “impairment” que alterassem sua conclusão de que valor contábil líquido dos ativos não excede o seu valor recuperável.

8 Intangível

			2023	2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito da extensão da concessão	10.373	(1.072)	9.301	9.8016
	<u>10.373</u>	<u>(1.072)</u>	<u>9.301</u>	<u>9.816</u>

A movimentação do saldo do ativo intangível é a seguinte:

	2023	2022
Saldo Inicial	9.816	10.331
(-) Amortização	(515)	(515)
Saldo Final	<u>9.301</u>	<u>9.816</u>

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052) e em 1º de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 12 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória 2.932 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o prazo de extensão da Empresa é de 1.735 dias, equivalente a R\$10.373.

Dessa forma, a Empresa efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu, em dezembro de 2021, o montante de R\$10.373 como direito de extensão de concessão no ativo intangível em contrapartida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica, na demonstração do resultado do exercício.

O montante reconhecido no ativo intangível como Direito de Extensão de Concessão é equivalente a 1.735 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerrará em 22 de janeiro de 2042.

9 Fornecedores

Refere-se a contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços nos montantes de R\$ 182 (2022 - R\$ 199), com vencimento entre 30 e 60 dias.

10 Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de tributação adotada pela Empresa foi o lucro presumido, aplicando-se 15% de imposto de renda, adicionados de 10% sobre o montante que exceder a R\$ 240 no ano, e 9% de contribuição social, sobre uma base de cálculo de 8% e 12%, respectivamente, da receita bruta. O imposto a pagar é calculado pelo regime de caixa, mas a provisão na contabilidade é feita pelo regime de competência.

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica	505	479
Contribuição social sobre o lucro líquido	247	233
COFINS a recolher	384	363
PIS a recolher	83	79
Outros	15	8
	<u>1.234</u>	<u>1.162</u>

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outras obrigações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
P&D - Projetos de pesquisa e desenvolvimento (a)	934	963
UBP (b)	1.549	1.563
Provisão para litígios (c)	38	75
Obrigações trabalhistas	103	97
Retenções contratuais	23	3
Outros encargos regulatórios	<u>136</u>	<u>84</u>
	<u>2.783</u>	<u>2.785</u>
Circulante	1.854	1.806
Não circulante	929	979

(a) A aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é determinada através da Lei Nº 9.991/2000, onde, no art. 2º consta que: “As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, sendo 40% do valor apurado destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 20% ao Ministério de Minas e Energias (MME) e os 40% restantes devem ser aplicados em projetos gerenciados pelos próprios agentes. Os valores até então arrecadados serão mantidos com a finalidade de serem destinados a projetos de P&D.

(b) O Contrato de Concessão estabelece que seja pago, a título de uso do bem público (“UBP”), o montante de R\$ 102.000 (base de preços de outubro de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão definiu que o início do pagamento ocorreria a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora do AHE Salto Pilão, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorresse primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa pagou a título de UBP o montante de R\$ 19.579 (R\$ 17.473 em 31 de dezembro de 2022). A administração da Empresa entende que os valores devidos a título de UBP constituem obrigação inserida no contrato de concessão, pagáveis mensalmente, enquanto a concessionária estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, tendo, portanto, a característica de uma taxa ou encargo setorial. Desta forma, reconhece-os contabilmente, na rubrica Encargos Regulatórios, somente quando efetua a provisão mensal.

(c) O Consórcio CESAP, do qual a Empresa é consorciada, na proporção de 20%, é parte de processos judiciais de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Empresa e seus assessores legais identificaram a necessidade de registro de provisão no montante de R\$ 38, para fazer face à eventual perda nos processos que estão em andamento.

A Empresa é parte de ações cujo risco de perda é considerado possível no montante de R\$ 15 (2022 - R\$ 15).

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Imposto de renda		
Venda de Energia Elétrica	61.960	57.930
% de Lucro Presumido	8%	8%
Base de cálculo	4.957	4.635
Receitas financeiras e outras receitas	43	44
Base de cálculo	5.000	4.679
% de imposto	15%	15%
Imposto calculado antes do adicional	750	702
Base de cálculo para adicional	4.760	4.439
% de imposto	10%	10%
	476	444
Imposto de renda	<u>1.226</u>	<u>1.146</u>
	2023	2022
Contribuição social		
Venda de Energia Elétrica	61.960	57.930
% de Lucro Presumido	12%	12%
Base de cálculo	7.435	6.952
Receitas financeiras e outras receitas	43	44
Base de cálculo após adições	7.478	6.996
% de imposto	9%	9%
Contribuição social	<u>673</u>	<u>630</u>

13 Transações com partes relacionadas

(a) Composição

	2023	2022
Passivo		
Débito com sócio quotista (i)	<u>12.400</u>	<u>12.400</u>
	<u>12.400</u>	<u>12.400</u>

(i) Referem-se a transações de mútuo financeiro realizados com seu acionista, as quais não são corrigidos monetariamente e não possui vencimento.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração da administração

Em 2023, a remuneração paga a administração na forma de benefícios de curto prazo foi de R\$ 151 (2022 – R\$ 132).

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 37.147 representado por 37.147.775 quotas.

(b) Reserva de retenção de lucros

Conforme determinado pelo Contrato Social, os lucros ou prejuízos apurados após o término de cada exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social.

No decorrer do ano de 2023, a Empresa destinou dividendos no valor de R\$ 29.600 (2022 – R\$ 26.700).

15 Receita operacional líquida

	2023		2022	
	Qtde GWh	R\$	Qtde GWh	R\$
Receita operacional bruta				
Receita de venda de energia	185,20 (*)	60.760	175,20 (*)	57.302
Energia elétrica de curto prazo		1.200		628
		<u>61.960</u>		<u>57.930</u>
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre a venda		<u>(2.262)</u>		<u>(2.114)</u>
		59.698		55.816

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

Geração de Energia Pilão Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo de venda de energia elétrica		
Pessoal e administradores	(846)	(811)
Material	(98)	(118)
Serviços de terceiros	(1.273)	(1.071)
Repactuação do risco hidrológico	(2.654)	(2.509)
Encargos regulatórios	(20.076)	(19.572)
Encargos do consumidor	(2.273)	(1.817)
Depreciação e amortização	(2.989)	(2.986)
Outras despesas	(252)	(236)
	<u>(30.461)</u>	<u>(29.120)</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(207)	(340)
Tarifas bancárias	(1)	(1)
Mensalidade APINE	(68)	(64)
Remunerações - Administradores	(151)	(132)
Amortização GSF	(515)	(514)
Outras despesas	(117)	(18)
	<u>(1.059)</u>	<u>(1.069)</u>

17 Seguros (não auditado)

A contratação dos seguros para cobertura do imobilizado da Empresa é realizada diretamente pelo Consórcio Empresarial Salto Pilão, sendo que para a Empresa cabe a parte equivalente a 20% dos valores segurados, os quais são (já na proporção da Empresa):

	<u>Em R\$ mil</u>
Responsabilidade civil	3.000
Danos materiais	73.400

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente pela administração, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F3FE0A468F5C42148ADEBE2D4D457647

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: GERACAODEENERGIAPILAO23.DEZ (1).pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 28

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Marcos Raposo

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

marcos.raposo@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marcos Raposo

Local: DocuSign

26 de março de 2024 | 17:56

marcos.raposo@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

26 de março de 2024 | 18:01

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Patricia Seoane Azevedo Biondi

patricia.seoane@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



E140325D97B44FF...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.50

Registro de hora e data

Enviado: 26 de março de 2024 | 17:57

Visualizado: 26 de março de 2024 | 17:59

Assinado: 26 de março de 2024 | 18:01

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Marcos Raposo

Copiado

Enviado: 26 de março de 2024 | 18:01

marcos.raposo@pwc.com

Visualizado: 26 de março de 2024 | 18:01

Manager

Assinado: 26 de março de 2024 | 18:01

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	26 de março de 2024 17:57
Entrega certificada	Segurança verificada	26 de março de 2024 17:59
Assinatura concluída	Segurança verificada	26 de março de 2024 18:01
Concluído	Segurança verificada	26 de março de 2024 18:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------